

2 | CONFERÊNCIA INTRODUTÓRIA

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Meus queridos amigos e amigas, brasileiros e latino-americanos – há vários latino-americanos que não vejo há um bocado de tempo e é um prazer revê-los. Minha tentação seria falar em espanhol, porque o meu português brasileiro tem um sotaque português terrível até hoje, e talvez eles não entendam nada. Não tem importância; depois eu passo o papel, um pequeno *paper* com notas.

Não posso falar nada sobre o Celso, primeiro, porque tudo foi falado; segundo, porque, assistindo ao vídeo, realmente passei mal. Estou velha, cansada. São muitas lutas ao mesmo tempo: a luta pelas nossas idéias e a luta política para reforçar um governo popular e democrático, que foi uma novidade na América Latina. É uma luta muito dura. Claro, como sou uma velha senhora que, desde os sete ou oito anos, só tenho vivido derrotas – e as poucas vitórias são a famosa época dourada de Juscelino, e assim mesmo com a República do Galeão enchendo a paciência –. Evidentemente não é uma tarefa fácil. O Celso nos deixou uma perda infinita e uma herança ilimitada para todos que o conheceram e participaram de sua vida. Está ausente um de seus discípulos da Sudene, Francisco de Oliveira, mas vou usar como introdução a frase dele:

Com a morte de Celso Furtado fomos privados de sua lucidez incansável, de sua visão ampla e generosa, de sua fidelidade republicana e democrática sem paralelo na vida pública brasileira.

As notas que vou aqui ler são sobre subdesenvolvimento e dependência na América Latina. Quando o presidente Lula anunciou que criaria um

centro para se refletir sobre o desenvolvimento, Celso Furtado comentou que queria refletir principalmente sobre o subdesenvolvimento, que obviamente está se agravando em toda parte.

Hoje há um espraiamento do subdesenvolvimento *urbi et orbi*, de tal modo que já não cabe a divisão Norte-Sul. A submissão ao controle cultural e ideológico do neoliberalismo e a dependência financeira externa expandiram-se progressivamente ao longo das últimas décadas. Assim, além da estagnação, o subdesenvolvimento aumentou em nossos países, em todas as dimensões mencionadas por Celso Furtado.

Todas. Pois evidentemente os senhores não imaginam que se trata apenas do Fundo Monetário ou as condicionalidades cruzadas. As elites do mundo, não só da América Latina, terminaram se convencendo, por motivos egoístas – o fato é que se convenceram e dantes disfarçavam – quanto ao chamado paradigma neoliberal. Há protestos, mas contra a hegemonia americana. Ainda não vi nenhum protesto firme, salvo pelas esquerdas, não vi nenhum Ministro da Fazenda de governos socialistas e de esquerda protestar convictamente contra isso. Continuam nos convencendo das bondades da globalização, mas – aí sim – com cada vez menos rigor. Contra isso há reação, mas contra as políticas econômicas é como se estivéssemos batendo em uma parede.

A dependência financeira da América Latina através do endividamento externo converte-se periodicamente em submissão às políticas dos credores internacionais. Isto ocorre praticamente desde a independência de nossos países, tanto no chamado “modelo primário exportador” como na segunda etapa da industrialização por “substituição de importações” da década de 1950 em diante. Entre as décadas de 1930 e a de 1950 não ocorreu endividamento externo significativo e as políticas econômicas e cultural tiveram maior autonomia.

O serviço da dívida externa torna-se periodicamente tão pesado que conduz a crises de balanço de pagamentos, acompanhadas em geral de encilhamento financeiro do Estado e quebra de bancos e empresas. Às crises de renegociação da dívida externa seguem-se novos períodos de abundância de crédito internacional nos quais se agrega dívida nova à dívida velha aumentando reiteradamente o estoque de passivos externos.

Usando uma expressão de Eduardo Galeano: as veias abertas da América Latina sangram sobretudo em períodos de restrição de liquidez internacional quando as transferências de recursos para o exterior são superiores à entrada de capitais, como ocorreu na década de 1980 depois da crise da dívida externa. Quando a entrada líquida de capitais se acelera, como na década de 1990, a transferência de recursos tende a ocorrer no período seguinte, mesmo mantida a liquidez internacional. Este foi o caso neste início do século XXI em quase toda a América Latina, e no Brasil em particular (ver último relatório da CEPAL).

Vamos ver se a China, a Ásia, com sua voracidade por matérias-primas, fazem com que não haja uma deteriorização do sistema de troca. Seria bom, mas – *interrogation mark* —, está tudo em suspenso no momento. O fato é que, nesses cinco anos, mandamos para fora em juros e lucros mais do que entrou de capital líquido. Em primeiro lugar, o capital já não está entrando como antes nem mesmo para a privatização, pois já foram feitas todas privatizações relevantes. No caso do Brasil, ainda resistimos com o governo Lula, mas, de qualquer maneira, entra e sai capital especulativo. O documento da CEPAL mostra que, entre a entrada de capitais – e, em particular, de investimento direto – e a transferência de recursos para o exterior, há uma diferença. Nós exportamos recursos para o exterior.

Não estou falando da equação macroeconômica e de superávit de transações correntes. Estou falando que o superávit de transações correntes foi usado para pagar mais do que entrou. E isso em pleno período de liquidez internacional. Vale dizer, tanto quanto sei – quem souber diferente, estou às ordens para ser contestada –, que é a primeira vez, no pós-guerra, que há uma transferência de recursos em plena abundância de liquidez internacional, o que evidentemente é difícil de interpretar.

Outra coisa que aconteceu foi que essas políticas de globalização neoliberal foram aplicadas com muita veemência, primeiro, na década de 1980, claro, quando houve uma crise da dívida externa. Mas essa, até entendemos. O curioso é que foram com mais radicalidade na década de 1990. Isso é que é espantoso! A década de 1990, em plena abundância de liquidez, sem as restrições da década de 1980, completou aquilo que se chamou Consenso de Washington.

E o que estão pedindo agora? Reforma de segunda geração. No caso do Brasil, se puder fazer o favor de privatizar o BNDES etc. ótimo. No demais países, não tem muito mais o que privatizar, a não ser o cobre no Chile e o petróleo nos países produtores. Mas evidentemente ninguém é doido a ponto de entregar as reservas que lhe permitem sobreviver tanto do ponto de vista fiscal quanto do ponto de vista de balanço de pagamentos.

As políticas neoliberais não são apenas conservadoras. São políticas regressivas. Pretendem impor às nossas sociedades o retorno a padrões primitivos nas relações entre o capital e o trabalho (flexibilização da legislação trabalhista), entre o Estado e o capital (desregulação e privatizações) e entre o Estado e os cidadãos (redução ou privatização das políticas públicas de seguridade social). Neste último ponto, o Brasil tem sido até agora uma exceção no continente com um sistema de previdência e saúde pública que, com todas as suas precariedades, se mantém universal.

O esforço dos estados latino-americanos no sentido da intervenção econômica e social foi praticada de forma mais ou menos contínua nos cinquenta anos que medeiam entre a crise de 1930 e a do começo dos anos 80. A partir daí as políticas públicas foram sendo desgastadas por reformas liberais sucessivas, e o Estado Nacional Desenvolvimentista, desestruturado. O Chile e a Argentina foram os casos mais prematuros das políticas neoliberais. O Brasil resistiu como pôde até a década de 1990 e o foi o último a aderir às políticas e reformas do chamado Consenso de Washington. Entretanto, as pressões para a liberalização continuam se avolumando, desta vez sob a forma de reformas de segunda geração.

Estive conversando com o meu colega chileno – e eles já verão o que lhes vão custar esses “fundos de previdência privada” que, evidentemente, estão um pouco atrapalhados com as flutuações cambiais. Aliás, flutuação cambial atrapalha todo mundo, sobretudo do tamanho da que temos. Se a flutuação do dólar deles já é o que é, a nossa acompanha aumentando. Aí, fica brabo.

Desde a crise da dívida externa as condicionalidades cruzadas das agências multilaterais (sobretudo FMI e Banco Mundial) para conceder novos créditos ou repactuar os antigos passaram a exigir sistematicamente políticas de ajuste fiscal e monetário duras, que agravaram o desemprego e a estagnação relativa na América Latina. A ideologia neoliberal também foi

progressivamente penetrando na cabeça das elites empresariais e burocráticas, e hoje pode-se dizer que foi vencedora, apesar da resistência de algumas contra-elites públicas.

Na atual conjuntura as políticas monetária e fiscal não afrouxaram, mesmo mantida a expansão da liquidez internacional. O crédito interno, com taxas de juros reais superiores às taxas de crescimento do PIB e da Renda Nacional, por sua vez, tende a acelerar o estoque da dívida pública e aumentar as rendas transferidas para os rentistas e especuladores nacionais e internacionais. As políticas macroeconômicas foram se transformando em uma armadilha difícil de desmontar, só permitindo, até agora, mini-ciclos de crédito, de consumo, de exportações e de IDE. A participação do investimento público na formação bruta de capital diminuiu sistematicamente por causa da política fiscal restritiva.

No caso do Brasil o ajuste fiscal foi de tal magnitude que o déficit nominal é inferior ao de Maastrich. Mas isso não parece suficiente às nossas burocracias (públicas e privadas), submissas ao capital financeiro que acabam de propor a manutenção de um ajuste fiscal permanente pelos próximos dez anos.

Depois das privatizações, na maioria dos países latino-americanos, as instituições públicas de fomento ou de financiamento interno de longo prazo praticamente deixaram de existir ou foram reduzidas a um papel secundário na promoção do desenvolvimento setorial e da infraestrutura. No Brasil o processo de privatização foi interrompido a partir de 2003 e os bancos públicos estão tentando voltar a desempenhar o seu papel, embora sob ataque permanente dos porta-vozes do capital financeiro local e internacional.

Os regimes cambiais tornaram-se flutuantes depois da desregulação quase completa dos mercados financeiros mundiais, com as marcadas exceções da China e da Índia. As taxas de câmbio das principais moedas internacionais, no entanto, nunca mais ganharam estabilidade nem apresentaram um padrão de convergência como o existente nos sistemas de padrão ouro-libra e dólar-ouro, ao contrário das teses dos defensores da liberdade do movimento de capitais. Na América Latina a amplitude das flutuações cambiais tem sido enorme, oscilando entre desvalorizações periódicas e valorizações mais recentes em relação ao dólar.

A submissão às regras impostas pela potência hegemônica através dos organismos multilaterais retirou praticamente todos os graus de autonomia das políticas macroeconômicas dos países latino-americanos. A busca dos “equilíbrios macroeconômicos” e a ênfase no curto prazo terminaram por colocar fora de uso a teoria e a prática do desenvolvimento de longo prazo. Juros, câmbio, superávit fiscal e exportações tornaram-se as obsessões dos nossos economistas. Parodiando Keynes, eles adotaram a visão de que “*a longo prazo estaremos todos mortos...*” ou então que tudo se resolverá pelo mercado. Nada de longo prazo. Nada de “Projeto Nacional”.

Tenho que terminar. Bom, meus senhores, passamos agora para a submissão cultural. Aí é espantoso! À submissão financeira contemporânea dos países latino-americanos convém agregar a submissão cultural e ideológica que permeia quase todos os países do mundo. Os modernos senhores da comunicação global, cada vez mais centralizados e dotados de novos instrumentos de controle, empurram pela mídia a alienação cultural, a mercantilização generalizada, o individualismo e a ânsia de consumismo predominantes na sociedade norte-americana de massas. E isso, o que é? Isso é o padrão da sociedade de massas norte-americana que generalizou. Está claro? Eu não estou indo a Pequim, mas tenho certeza de que há uns chinezi-nhos lá com a mesma cara de tontos dos outros pedindo o mesmo.

As elites do poder, no atual sistema de redes globais, apenas avançaram em promiscuidade nos circuitos cosmopolitas do qual participam agora os donos do dinheiro de qualquer procedência que defendem ardorosamente as políticas neoliberais e proclamam o “choque de civilizações”. Em matéria de cultura nacional a maioria das nossas elites progressistas são a favor do multiculturalismo “controlado” em nichos de mercado.

Alguns poucos intelectuais e produtores de cultura nacional independente resistem com dificuldade fora e dentro do império. Os poucos nacionais com sucesso de massas são rapidamente absorvidos pelo sistema da indústria cultural e da mídia. Trabalhados pelo marketing, os produtos culturais das classes médias contemporâneas tendem a transformar-se em clones, ou caricaturas da cultura de massas norte-americana, ou a esterilizar-se nas sucessivas versões da “cultura pós-moderna”.

O exemplo mais gritante do mimetismo é o da indústria audiovisual, reproduzida e ampliada pelos programas de televisão privada *urbi et orbi*.

Mesmo o de uma indústria cinematográfica de massas como a da Índia, um país com fortes tradições culturais e relativa autonomia tecnológica, tendem a reproduzir caricaturas de Hollywood, hoje já em decadência.

E sobre isso quero dizer o seguinte, já aproveitando a cultura popular: pouco antes de Celso morrer, meu neto de 26 anos, que é ligado à área cultural, foi entrevistá-lo por causa da leitura de um de seus livros, quando se preparava para entrar para a pós-graduação. E perguntou: “Professor, por que essa falta de idealismo dos jovens da minha geração, da classe média? E como vai se construir de novo uma cultura nacional?” A resposta do mestre: “Não se preocupe com as frustrações e desejos rasos da classe média. Olhe para o nosso povo”. E aí, com ele, se aprenderá o que quer dizer criação de cultura popular, estratégias de sobrevivência, como se sobrevive e como se mantém um povo que ainda não está totalmente submetido desse ponto de vista. Os sonhos dos nichos de mercado são para três ou quatro grandes estrelas progressistas que conseguem entrar na indústria.

Terminando, quero fazer apenas duas observações sobre os Estados Unidos, sobre o poder americano. Furtado foi um dos primeiros a se dar conta do que era isso.

O domínio da potência hegemônica sobre os sistemas de comunicações e segurança e sobre a intermediação financeira internacional são instrumentos do poder americano que ultrapassam de longe os do velho império britânico em abrangência, sofisticação tecnológica e pouca transparência nas relações econômicas e sociais do mundo contemporâneo.

A posição privilegiada dos Estados Unidos nas finanças internacionais merece um breve comentário. Desde a ruptura do sistema de Bretton Woods este é o único país do mundo com possibilidades de endividamento externo crescente e praticamente ilimitado. Passaram da posição de maior credor do mundo no início do século XX à de maior devedor a partir da década de 1970. As mudanças na geoeconomia global, em particular a incorporação do leste da Ásia ao comércio e às finanças globalizadas, são em boa parte responsáveis por esta posição privilegiada. Esta tem se sustentado e ampliado à custa do aumento das reservas asiáticas em dólar. A China em particular é hoje o principal centro da expansão do capitalismo no leste asiático e representa um pulmão do capitalismo financeiro americano.

O forte movimento expansivo do comércio e das finanças internacionais confirma a transnacionalização da economia norte-americana nos setores e países mais dinâmicos do sistema capitalista mundial. A economia turbinada dos EUA pode, assim, permitir-se déficits comerciais crescentes e periodicamente déficits fiscais gigantescos que lhes conferem um alto grau de liberdade para as políticas monetária e fiscal expansionistas. Estas contemplam desde a prática de um keynesianismo bélico através de endividamento crescente do Estado, até gigantescos ciclos de valorização de ativos financeiros e imobiliários e de endividamento das famílias.

A globalização financeira sob a égide do dólar flutuante tem correspondido a uma nova “época de ouro” para a economia norte-americana, apesar de seus desequilíbrios estruturais, denunciados pelos demais países, por parte de seus próprios economistas acadêmicos e até pelos técnicos de algumas instituições multilaterais. A crise geral do sistema e os vaticínios do fim da hegemonia americana que começaram na década de 1970 ainda não se verificaram.

A hegemonia americana e o crescimento interno de sua economia nos últimos 25 anos apresentam, porém, algumas dissonâncias. Ao contrário do período equivalente depois da Segunda Guerra Mundial, a “financeirização” da riqueza e a flexibilização do mercado de trabalho pioraram a distribuição de renda. A desqualificação da mão-de-obra, nos mercados de trabalho abertos aumentou a exclusão social e a marginalidade no interior da própria sociedade americana. Evidentemente uma tal polarização da renda, da riqueza e do poder militar conduziram a políticas externas de agressividade imperial, que só foram possíveis com apoio de um Estado crescentemente repressor, minando os fundamentos da democracia norte-americana.

As assimetrias e desigualdades político-sociais produzidas por tal concentração de poder, tanto entre Estados nacionais formalmente independentes como dentro do próprio espaço territorial da potência hegemônica, provocaram tensões espasmódicas em escala nacional e periódicas reações em escala internacional. As reações nacionalistas legítimas, os racismos e xenofobias e as fraturas múltiplas na convivência social transmitem uma sensação de conflito e antagonismo crescentes.

A desorganização progressiva do sistema das Nações Unidas – que se iniciou com a derrocada do sistema de Bretton Woods e se agravou com a

guerra do Iraque – tornou difícil qualquer “nova ordem mundial” imaginável a médio prazo. Geometrias variáveis de realinhamento geopolíticas continuam, entretanto, tentando enfrentar pragmaticamente uma pauta internacional cada vez menos consensual.

A globalização da informação permite a coexistência visível de três tempos até recentemente não experimentada pela humanidade. O tempo virtual (paradoxalmente chamado “real”), o tempo dos homens (no qual o maior problema é aumento da vida “útil” inativa dos jovens e dos mais velhos), e o tempo da Terra (os ecos-sistemas em deterioração conhecida e acelerada) multiplicam o sentimento de insegurança e turbulência à escala mundial para além de qualquer horizonte e experiência historicamente conhecidos.

O planejamento nestas condições trata de uma combinação crescente de vontades e de estratégias de poder ofensivo e defensivo, que se organizam, pragmaticamente, em forma de alianças multipolares. Do lado dos mais fortes encontram-se, embora em posição assimétrica de poder, os grandes Estados territoriais e as grandes empresas transnacionalizadas, cujos operadores estratégicos tentam entrar em posição vantajosa no chamado processo de concorrência capitalista global. Do lado das classes subordinadas, em formas próprias que se multiplicam, estão os grupos de intelectuais, de trabalhadores e de organizações da sociedade civil com capacidade de ativismo que tentam resistir às formas contemporâneas do capitalismo selvagem. As temáticas setoriais, de gênero, de etnia, e de cultura política não têm lhes permitido, até agora, uma unidade de propósitos. Apesar disso a luta por um novo mundo continua sem fronteiras (os fóruns mundiais).

Como pano de fundo, move-se espasmodicamente uma população de milhões de deslocados e apátridas. Dos 40% da população pobre da maioria dos países do mundo, existem 20% de miseráveis que se encontram no limiar da sobrevivência, sendo a África subsaariana o caso limite. Os excluídos socialmente, aqueles que se tornaram “inimpregáveis” nas periferias das grandes metrópoles e nas regiões destruídas do mundo, vivem em condições infra-humanas. A rigor sequer podem ser explorados pelo capital, apenas submetidos ao movimento destruidor de um sistema capitalista desregulado. O capitalismo tornou-se novamente um *moinho satânico*, na expressão de Karl Polanyi em *A grande transformação*, quando examinava a situação mundial depois da Primeira Grande Guerra.

As estratégias defensivas ou o planejamento mesmo indicativo das políticas públicas dificilmente podem ser mantidos por longos períodos, dado o acirramento da concorrência e a falta de coordenação de ações de Estado à escala nacional e global. Ao contrário do que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, estas populações excluídas não são objeto da universalização das políticas do Estado de bem-estar dos países capitalistas desenvolvidos do então Primeiro Mundo. Tampouco estão sujeitas a um planejamento rigoroso dos países socialistas do Segundo Mundo, nem à homogeneidade da pobreza dos “países atrasados” do “ex-Terceiro Mundo” onde predominava a população rural, ou recém-descolonizada.

Podemos concluir, à luz dos ensinamentos de Celso Furtado, por um espraiamento global do subdesenvolvimento com suas características agravadas.

A heterogeneidade estrutural converteu-se em geral em fraturas sociais expostas e no agravamento das polarizações. Por um lado, o agravamento do desemprego aberto e disfarçado, as migrações forçadas e a superexploração do trabalho. Por outro a concentração e a mutação da riqueza provocando um rentismo financeiro sem precedentes e piorando a distribuição da renda, *urbi et orbi*. Tampouco há convergência do crescimento econômico e do progresso técnico entre países, nem entre regiões do mesmo país.

A complexidade do universo capitalista contemporâneo não se enquadra mais no esquema centro-periferia proposto por Prebisch. Muito menos se trata da clássica dualidade sociológica “modernização x atraso” ou apenas da versão de alguns marxistas de desenvolvimento desigual do capitalismo. A desestruturação do império soviético, a incorporação da Ásia ressurgente (em particular da China) e o fracasso da descolonização em muitos países (sobretudo africanos) mudou completamente a geografia mundial do capitalismo.

O esfacelamento sucessivo de periferias funcionais transformadas em disfuncionais e a tendência à existência de uma única superpotência global ultrapassam as formas de exploração colonial; da introdução e exploração do trabalho assalariado; da retenção dos frutos do progresso tecnológico nos centros. Os preços relativos dos bens de consumo da moderna tec-

nologia eletrônica e de informação têm caído drasticamente, e as relações de troca entre manufaturas e matérias primas estratégicas têm-se alterado radicalmente desde a década de 1970.

Desfeitos os impérios coloniais, tanto a multipolaridade dos centros como a das periferias tornaram-se muito mais problemáticas do que as concebidas no modelo teórico original, ou nos modelos históricos conhecidos desde o começo do século XIX. As geografias do poder, dos recursos estratégicos e dos movimentos da população estão se alterando a olhos vistos. Por isso hoje mais do que nunca é necessário estudar o subdesenvolvimento para imaginar como vencê-lo de acordo com as peculiaridades de cada país ou região.

Costumava dizer-se que “A coruja de Minerva levanta vôo ao entardecer”. Ficaria cega, porém, se resolvesse levantar vôo ao meio-dia, sob o sol dos desertos e montanhas da atual geografia econômica e social do capitalismo, em movimento acelerado e destrutivo. Sabemos pela história mundial lida pelo enfoque da longa duração, com Braudel e os historiadores da *Ecole des Annales*, da qual Furtado era muito próximo, que devemos estar possivelmente em um desses momentos de *Terra em transe* que ainda não inaugurou nenhuma “Nova Era”.

Essa visão histórica dos intelectuais da “longa duração” nunca impediu a ação defensiva e ofensiva de qualquer coletividade humana. Fui testemunha e participante crítica de várias crises do chamado Estado Nacional Desenvolvimentista que durou cinquenta anos sob vários regimes; da interrupção do nosso regime democrático que durou 21 anos; dos mitos dos “milagres econômicos” que não foram milagres e tampouco duradouros; da reconstrução democrática que ainda continua, apesar das restrições econômicas, políticas e sociais, e nunca vi a sociedade parar de lutar pelos seus direitos ampliados. (Como dizia Braudel: “os efeitos da Revolução Francesa ainda não pararam”.)

No meu trabalho analítico estou obrigada a utilizar os instrumentos de trabalho que me foram transmitidos por gerações de economistas políticos. No entanto não me nego, como nunca me neguei, a exemplo de mestre Celso Furtado, a participar da luta por manter e ampliar os horizontes de um governo popular, como é o nosso, sem abrir mão da razão crítica.

Nunca fomos tantos a lutar com uma agenda tão variada e tão difícil de vencer, e assim continuaremos.

É verdade que o consumismo e o utilitarismo aumentaram, mas a consciência dos direitos ampliou-se. O conflito de interesses entre as classes dominantes e as subordinadas aprofundou-se, mas a ânsia de mudanças a favor de maior justiça social continua. A sociedade não está parada em nenhuma parte da Terra. O poder imperial contemporâneo não tem precedentes, porque nem necessita recorrer ao colonialismo explícito. Tem um poder globalizador pelos mercados (materiais e simbólicos) e destruidor por novas “armas” a que ainda não estamos habituados. Mas as reações ao poder global também se dão em todos os níveis, dentro e fora do império, em termos regionais, nacionais e globais. As transições democráticas na América Latina podem ser prolongadas, mas continuaremos a lutar pela ampliação da democracia, pela autodeterminação dos nossos povos e por Estados nacionais republicanos.

Nesta conjuntura internacional não se trata mais de desfazer as fantasias do pós-guerra porque elas já foram desfeitas. Trata-se de uma dura luta permanente. Essa é a herança que ele nos deixa. Os jovens em sua desesperada luta pela vida podem não ir além de fantasias rasas, embora não faltem exemplos de solidariedade e participação criativa entre eles e na sociedade que os cerca.

Nós, os velhos sobreviventes, não vamos desistir de nossos horizontes utópicos, apesar das derrotas. Não estou falando deste menino aqui, que não é sobrevivente; ainda está no vigor da vida e lutará, tenho certeza, Mercadante. Juro por Deus que, se isso não for verdade, eu virei lá de cima e te assombrarei. Tenho certeza de que este menino lutará até o fim com a dignidade dos mestres dele. Quero dizer o seguinte: nós, os velhos sobreviventes, não vamos desistir de nossos horizontes utópicos, apesar das derrotas. Tem havido derrota atrás de derrota, e algumas vitórias. Tanto nas vitórias como nas derrotas temos sempre em mente o exemplo dos que nos precederam na luta, entre os quais Celso Furtado se destaca por seu humanismo persistente. Saravá meu Mestre!

ALOIZIO MERCADANTE, coordenador – Com a palavra, o professor Osvaldo Sunkel, que foi diretor do Centro CEPAL-BNDE, nosso professor, um dos mais brilhantes e mais sérios, que nos deixou a marca da sua

ciência e da sua formação ética, e hoje é professor do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Universidade do Chile.

OSVALDO SUNKEL – Eu queria começar com algumas palavras sobre o Celso, mas não poderia deixar de registrar antes a emoção que me provocou este extraordinário filme que vimos há pouco, bem como as palavras tão sentidas dos que me antecederam. Rendo-me a todas essas homenagens. Só queria lhes contar que tive enorme sorte quando, ainda muito jovem, pude compartilhar períodos da minha vida com Celso. Lembro inclusive algo anedótico – com ele comecei a jogar tênis em Santiago –, além de aprender sobre desenvolvimento e economia. Trabalhamos juntos no México em um famoso estudo que nunca foi publicado; tratava da crise, da iminente crise externa do México. Estive com ele muitas vezes em Paris e, sobretudo, o acompanhei quando foi criado o escritório CEPAL-BNDE no Rio de Janeiro. E, muito especialmente, perto de sua terra natal, em Recife, no início da Sudene, quando estive encarregado do programa de capacitação no qual se formaram muitos dos funcionários da Sudene. Quando terminou esse curso em Recife, fiz trinta anos de idade.

Não vou mais falar sobre minha relação pessoal com Celso, mas vou tratar agora de relacionar alguns aspectos de sua obra que incidem especialmente sobre o tema deste seminário, “A atualidade do pensamento de Celso Furtado”. Trata-se de relacionar, por um lado, a evolução do capitalismo global e, por outro, a diferença que é preciso estabelecer entre crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico. Já se mencionou claramente nesta manhã a marcada diferença que existe entre o crescimento econômico como uma sucessão de etapas e a estrutura do subdesenvolvimento como uma condição histórico-estrutural que não é superada pelo crescimento econômico.

Furtado, em diversas ocasiões, sobretudo depois da desilusão que lhe produziu, assim como a todos nós, aí pelos meados da década de 1960, a constatação de que o crescimento econômico e a industrialização acelerada que vinha ocorrendo não estavam redundando na mesma medida na melhoria social generalizada da maioria da população. Não se conclua daí, no entanto, que o crescimento econômico e a industrialização não sejam necessários. Pelo contrário, o crescimento e a industrialização, entendidos no seu sentido amplo de difusão de inovações, são condições essenciais do desenvolvimen-

to, mas não são suficientes. Na ausência de uma orientação pública e explícita, o processo de crescimento econômico, nas condições do nosso subdesenvolvimento, entregue simplesmente às forças do mercado e das empresas privadas, aprofunda a inserção histórica dependente do modelo primário-exportador no comércio internacional e, no âmbito interno, segue uma trajetória de caráter consumista, alienante, elitista e excludente que responde, precisamente, à desigualdade na distribuição de renda que caracteriza nossos países.

Para que o crescimento econômico se traduza realmente em um autêntico processo de desenvolvimento, Celso Furtado sempre insistiu, em muitos de seus escritos, na necessidade de se implementar um amplo leque de políticas públicas destinadas a lograr o conjunto de características que, de verdade, constituem o desenvolvimento – a metamorfose que é necessário lograr para que se possa chegar a um projeto de desenvolvimento. Sem embargo, se colocamos este programa em um contexto histórico de longo prazo é, no fundamental, precisamente o programa socioeconômico e político que se colocaram todos os setores progressistas mundiais nas décadas anteriores à Segunda Guerra Mundial, e com bastante êxito em muitos casos. A acelerada etapa de globalização que teve lugar em fins do século XIX e começos do século XX, qualificada de liberal por uns e de imperialista por outros, desembocou em duas guerras mundiais e em uma gigantesca crise econômica, social e política global, a de 1930.

O capitalismo ficou em ruínas, tanto assim que foi substituído, na União Soviética e grande parte do mundo, por um sistema econômico alternativo – o socialismo – que aboliu a propriedade privada, substituiu a economia de mercado pela planificação centralizada, com a finalidade, por um lado, de superar o atraso mediante a industrialização e a modernização tecnológica à marcha forçada e, por outro, de criar e estender os serviços sociais, especialmente a educação, a saúde e a seguridade social a toda população. Ou seja, os objetivos básicos do desenvolvimento. No mundo industrial desenvolvido, Europa e Estados Unidos, o Estado foi chamado a reconstruir os sistemas nacionais conservando a empresa privada e o mercado, mas condicionando essas instituições básicas do capitalismo ao cumprimento dos objetivos socioculturais e políticos fundamentais, tal como o crescimento econômico acelerado que permitisse reduzir a instabilidade cíclica, gerar o pleno emprego, o crescimento dos serviços sociais públicos desti-

nados a melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras, programas de desenvolvimento para setores e regiões atrasadas, fortalecimento da democracia, a integração europeia etc.

Como se vê, um programa semelhante ao anunciado anteriormente. Tais objetivos estiveram presentes nos casos do New Deal, nos Estados Unidos, no Estado de bem-estar social, na Inglaterra, e nos países escandinavos e, posteriormente, na economia social de mercado, nos países europeus. Portanto, no contexto de uma ampla gama de regimes políticos, desde as ideologias socialistas democráticas até a social-democracia e a democracia-cristã. Foi essa uma consequência das reações às catastróficas políticas da fase de auge e colapso do capitalismo liberal globalizado de fins do século XIX e começos do século XX, reações apoiadas na concepção teórica keynesiana que atribuía ao Estado funções cruciais, complementares e compensatórias das falhas de mercado, tanto dinâmica como estáticas, para assegurar um ritmo de crescimento econômico que permitisse o pleno emprego e para empreender uma redistribuição de renda em favor dos setores sociais inevitavelmente desfavorecidos por conta da atuação das forças de mercado. Foi igualmente uma reação à ameaça externa representada pela presença histórica real do socialismo, uma alternativa ao regime capitalista, e que se manifestava também internamente nos países através dos movimentos e partidos revolucionários socialistas que se mostravam ameaçadores, especialmente nos momentos de crise econômica.

No mundo subdesenvolvido, que também sofreu – e com acréscimo –, os efeitos das guerras mundiais e da grande depressão, afluíram com toda a força, tal como nos países socialistas, a demanda pela superação da condição de atraso da sua estrutura produtiva, caracterizada por sua especialização em exportação de matérias-primas e pela ausência de um setor industrial moderno e de uma correspondente infra-estrutura produtiva e de serviços sociais públicos. Também aí se recorreu ao Estado e, neste caso, para fomentar o desenvolvimento econômico a partir de intervenções estatais e de mercado. Não se suprimiram a propriedade privada e o mercado, mas tentou-se o planejamento dentro do sistema capitalista, com propriedade tanto pública quanto privada dos meios de produção e mercados com alguma intervenção. Os principais objetivos eram novamente a industrialização, a expansão do mercado interno, o investimento em infra-estrutura, a

modernização da agricultura e as políticas sociais de saúde, educação, habitação, e seguridade social.

Mas não só as economias nacionais diretamente afetadas pela crise buscaram refúgio nas ações do Estado. Também se recorreu a ele para encarar o colapso do sistema econômico internacional. Uma das primeiras vítimas fatais da crise mundial que se desencadeou a partir de 1929 e pôs fim à globalização do século XIX sob a égide do império britânico foram as relações internacionais. As inversões estrangeiras e os fluxos financeiros internacionais privados desapareceram do cenário mundial por mais de trinta anos, até fins da década de 1960. Por outro lado, o comércio internacional se reduziu ao mínimo e o protecionismo e o controle cambial se estenderam por todo o mundo, não só na América Latina – tudo isso para desvincular as economias nacionais do mercado internacional e para permitir aos Estados nacionais subsidiar aqueles setores que antes se abasteciam do exterior, manufaturas no nosso caso, e produtos agrícolas no caso dos industrializados. Para superar a desintegração do sistema privado de relações internacionais, foram elaborados os acordos de Bretton Woods, que estabeleceram a institucionalidade pública necessária para levar a cabo a reconstrução do sistema comercial e financeiro internacional nas décadas de 1950 e 60. Não obstante, ainda subsistem os gigantescos subsídios agrícolas norte-americanos, europeus e japoneses. Em trabalho recente que abrange desde a década de 1940 à de 1970, denominei o período de “ciclo de Estado cêntrico”. Nesse período a economia mundial e todas as suas principais áreas – os países industrializados, os socialistas e os subdesenvolvidos – experimentaram uma fase de crescimento, de modernização e desenvolvimento sem precedentes, um intenso processo de modernização e transformações estruturais baseadas em inovações e na industrialização com pleno emprego e expansão das políticas sociais que permitiram uma considerável melhoria das condições de vida no mundo do trabalho, substanciais reduções da pobreza, especialmente nos países capitalistas centrais, mas também nos socialistas, e inclusive nos países periféricos, entre eles muitos da América Latina – embora estes centrados em seu mercado interno e nas políticas sociais limitadas às classes médias e às classes trabalhadoras organizadas.

Uma visão retrospectiva e à luz dos acontecimentos e tendências das últimas duas décadas de “políticas de mercado cêntricas”, em contraste

com o período anterior, de “Estado cêntrico”, mostra – não obstante a associação ao neoliberalismo – resultados econômicos e sociais bastante respeitáveis em matéria de crescimento, modernização, mudanças estruturais e melhorias sociais.

Sem deixar de lado as insuficiências e frustrações que continuaram persistindo em matéria econômica e social, as dificuldades no processo de democratização e a emergência de novos problemas, como os ambientais, o programa desenvolvimentista “Estado cêntrico” de meados do século passado teve bastante êxito em muitos aspectos em vários países. Entretanto, como é sabido, na década de 1970, tanto na América Latina como em quase todo mundo, o ciclo expansivo “Estado cêntrico” entrou em crise tanto por causas endógenas como exógenas, o que não é possível examinar nessa oportunidade, e que desembocaram, no começo da década de 1980, na crise internacional da dívida externa.

A crise da dívida externa se produziu no contexto da crise do petróleo, da gigantesca expansão do mercado financeiro internacional, da rápida multiplicação das corporações transnacionais e das revoluções tecnológicas simultâneas dos transportes, das comunicações – informática, robótica – da biotecnologia, dos materiais etc., fenômenos que em seu conjunto mudaram radicalmente o cenário internacional, dando lugar ao começo de um novo ciclo de globalização. Essas novas condições, que são a base material do processo de globalização, levaram à irrupção do novo programa ideológico, o Consenso de Washington, que se transformou em um verdadeiro tsunami neoliberal, acentuado pelo posterior colapso do socialismo.

Há mais de duas décadas estamos experimentando, em conseqüência, uma ofensiva maciça e deliberada de reformas estruturais destinadas a dismantelar o sistema público “Estado cêntrico”, o desenvolvimento econômico, a solidariedade e a proteção social do século passado, para substituí-lo por um modelo “mercado cêntrico” no qual se procura minimizar a responsabilidade do Estado e inibir sua ação mediante a privatização das empresas estatais e os serviços sociais públicos, a desregulamentação e liberalização dos mercados, a abertura externa, e a subcontratação e terceirização de muitas atividades públicas essenciais. Os principais resultados positivos foram a recuperação da crise causada pela dívida externa, o relativo equilíbrio macroeconômico, o controle da inflação, um enorme e forte aumento das exportações,

da produtividade e da competitividade dos setores comercializáveis, e um incremento mais eficaz dos gastos sociais focalizados.

No entanto, os problemas principais têm sido as baixas taxas de investimento e de crescimento econômico, muito menores que as do ciclo anterior. A aguda instabilidade macroeconômica, financeira e real, a ausência do esperado efeito de *arrasto* das exportações, a crescente concentração do capital, especialmente do capital estrangeiro, o alto e persistente desemprego, a precarização do emprego junto com o alto subemprego, a marginalidade e a exclusão, a manutenção de elevados níveis de pobreza (se bem com alguma melhoria em certos países), e a deteriorização da distribuição de renda na maioria dos países. Ademais tudo isso, a emergência da problemática étnica nos países onde esta é um tema fundamental e, como consequência, de fenômenos anti-sistêmicos como o aumento da criminalidade, a disseminação da droga e da violência, a insegurança, tudo isso levou a um extraordinário aumento das emigrações de nossos países e, em decorrência, ao enfraquecimento e à crise em muitos governos democráticos. Em síntese, um balanço francamente negativo.

As políticas neoliberais e o modelo “mercado cêntrico”, não produziram nem crescimento nem, muito menos, desenvolvimento. Tampouco o fenômeno da financeirização, que se inicia com a acumulação dos eurodólares na década 1960 e adquire um desenvolvimento inusitado com os petrodólares nos anos 70, e nem a política deliberada de desregulação dos setores financeiros, que se inicia nos Estados Unidos e na Inglaterra em fins dessa década, resultando no imenso crescimento do mercado financeiro global. Daí que o que interessa prioritariamente na atualidade sejam a estabilidade financeira, os desequilíbrios macroeconômicos, a menor inflação possível. Todo o resto, o crescimento e o desenvolvimento, adviriam, em consequência, por si mesmos.

O mercado financeiro internacional e o imenso poder adquirido pelo capital especulativo perscrutam todas as oportunidades de lucro em qualquer parte do mundo, entre elas aquelas que podem derivar das fraquezas cambiais em que incorrem os países que enfrentam desequilíbrios monetários e fiscais e em suas contas externas, e que requerem períodos de fortes entradas de capital estrangeiro para enfrentá-las. Para não desencadear um ataque especulativo contra sua moeda, os governos se encontram entre a cruz

e a espada. Sentem-se forçados a reduzir ou, pelo menos, a não elevar sua carga tributária para assegurar que as empresas privadas se mantenham competitivas em um mercado mundial altamente integrado, e para evitar o déficit fiscal; assim, foram obrigados a comprimir o elevado nível de gastos necessários para manter o Estado de bem-estar ou o Estado desenvolvimentista. E isso exige políticas monetárias, fiscais e salariais muito conservadoras e restritivas. Estas são as razões fundamentais e reais, à parte do discurso ideológico neoliberal, pela quais tornou-se sumamente difícil ter políticas nacionais independentes e autônomas.

São também as causas principais que induziram as tentativas de desmantelamento do Estado de bem-estar, da economia social de mercado, do socialismo, do desenvolvimentismo, da economia mista do pós-guerra, da proteção das classes trabalhadoras, enfim das políticas de desenvolvimento. Nos casos em que se logrou algo disso, assiste-se à corrosão da solidariedade social que se havia organizado com maior ou menor eficácia naquele período anterior. Esvaziam-se de conteúdos intelectuais os partidos políticos que tinham ideologias progressistas. Destroem-se as organizações das classes trabalhadoras e se deteriora a situação da classe média. Boa parte da ampliação e do fortalecimento que naquele período foram alcançados pela classe trabalhadora e pela classe média o foram precisamente através dos serviços das empresas do Estado. A extensão da saúde pública, do sistema educacional, da habitação e da Previdência Social que o Estado (assim como as empresas públicas) oferecia então, significava que o próprio Estado teria que transformar-se consideravelmente e, por conseguinte, aumentar extraordinariamente a quantidade de médicos, enfermeiros, educadores, arquitetos, administradores, até economistas e outros funcionários e trabalhadores que conformavam grande parte das classes médias e trabalhadoras organizadas.

Se o neoliberalismo cria tanta resistência, desalento, angústia, insegurança, é porque não é simplesmente uma política econômica. É um instrumento sociocultural através do qual se busca substituir um tipo de sociedade – que procurava certo equilíbrio entre eficiência econômica e solidariedade social, e que havia se logrado construir em alguma medida no pós-guerra – por outra na qual se exacerbam a eficiência, a competitividade e o individualismo, se privilegia tudo o que é privado às expensas do que é público, com

uma grande concentração de riqueza e poder, procurando anular toda a capacidade de se contrapor a esses efeitos. Tudo se mercantiliza, os espaços e interesses públicos desaparecem ou se debilitam. No campo acadêmico, para dar um exemplo, o intelectual, que aqui nos interessa principalmente pelo campo ideológico, encontramos pesquisadores que não se refugiaram no setor privado, e estão esparramados por diversas instituições precárias, por universidades públicas depauperadas, sem poder constituir núcleos sólidos de reflexão, pesquisa e ensino nas áreas de ciências sociais, de ciências básicas e na área da cultura. A razão é que não existem nem recursos nem interesse para isso. Para o público, o social, o longo prazo, não existe financiamento. Para estas sociedades não interessa esse tipo de atividade.

Como entramos então no século XXI? Diria que entramos com o espectro do *apartheid*, porque essa nova economia, com sua enorme capacidade competitiva em seus setores exportadores extremamente intensivos em tecnologia e capital, cria poucos empregos, já que requer muito pouca mão-de-obra, embora de alta qualificação. Também na Europa, onde a exclusão social constitui igualmente uma temática presente – recordemos o que vem ocorrendo nessas últimas semanas em Paris – nesse processo de criação e destruição (quando se avança na criação de novas atividades muitas das antigas são destruídas), há atividades que desaparecem porque não podem continuar a ser subsidiadas, resultando em enorme destruição de empregos. E os novos empregos que se criam são para adultos jovens e bem qualificados. A possibilidade de que uma pessoa muito jovem (ou de mais de cinquenta anos) com pouca qualificação tenha um bom emprego é cada vez mais remota. Por conseguinte, uma das principais características psicossociais desses grupos de idade é uma generalizada sensação de insegurança e incerteza.

O desmantelamento do aparato estatal e a privatização dos serviços públicos, com crescimento econômico modesto – menos da metade do que foi em décadas passadas – só melhora as condições de segmentos muito limitados da sociedade e exclui, expulsa, segmentos crescentes da população, produzindo polarização. O processo em que se insere hoje a nossa sociedade fortalece o mercado, o setor privado e sua inserção internacional, enquanto debilita o Estado nacional. Existe o aumento da eficiência e da competitividade da grande empresa nacional e estrangeira, mas não da ca-

pacidade do Estado, especialmente do serviço público. Favorece-se o investimento estrangeiro que, por sua vez, favorece a geração de emprego somente e cada vez mais nesses setores elitizados, o que empurra grandes segmentos da população para trabalhos de menos qualidade e informais. Cria-se assim uma estabilidade econômica frágil, aumenta-se a pobreza e forma-se uma tendência à crescente exclusão social. Produz-se uma dicotomia na qualidade dos serviços: a dos que acessam os serviços privados e a dos subsidiários do sistema público cuja qualidade piorou pelo debilitamento do Estado.

Simultaneamente, aumenta-se de forma desmesurada o consumo, por conta de uma publicidade exagerada e do crédito fácil que gera um endividamento angustiante. Ainda que se note uma melhoria nos níveis de vida por meio da aquisição de bens, por outra parte se deteriora a qualidade de vida pelo aumento da jornada de trabalho, pela necessidade de ter vários trabalhos, pela angústia de ter que equilibrar rendimentos difíceis de lograr com demandas em constante multiplicação. A tudo isso se somam os níveis crescentes de engarrafamentos e de poluição urbana. A dinâmica dialética do conceito de globalização incorpora efetivamente algumas das atividades modernas enquanto desemprega, marginaliza e exclui parcial ou totalmente os restantes. Portanto, a globalização econômica é um processo desigual, desequilibrado, heterogêneo. Por outra parte, o processo intensivo da penetração da cultura capitalista tende a generalizar-se, alcançando a todos, tanto aos integrados como aos excluídos, como consequência principalmente da influência esmagadora dos meios de comunicação visuais e audiovisuais. Este último processo de globalização comunicacional gera uma ampla integração cultural, virtual e simbólica que contrasta dramaticamente com a situação econômica precária da maioria da população e, na verdade, não permite sua concreção. As tão difundidas imagens da aldeia global e de cidadãos globais comunicando-se todos pela Internet é um mito, uma utopia fora do alcance da imensa maioria da população do mundo.

A globalização e as políticas neoliberais não geraram desenvolvimento na América Latina, não cumprem sequer com as condições necessárias, são insuficientes para o crescimento econômico acelerado além de excluírem e rechaçarem as demais políticas complementares: transformação produtiva, inovações, políticas sociais, de emprego, culturais, ambientais etc.

Sem embargo, apesar desse panorama tão desolador, há numerosos casos de êxito, de desenvolvimento, neste mundo globalizado. São os tigres asiáticos de primeira e segunda geração e, agora, inclusive, de terceira geração – China e Índia –, além de outros casos de países pequenos que também lograram o mesmo, como Finlândia, Israel, Irlanda. Souberam combinar sua inserção dinâmica no processo de globalização com a economia de mercado e com um decisivo e efetivo papel regulador, orientador, estratégico e compensador do Estado. De fato, em vários dos países da Ásia a que me referi, começa-se a instalar o “execrado” Estado de bem-estar que na Europa é tão criticado.

Permitam-me uma última reflexão relacionada ao Chile. Temos também um caso na América Latina que, em alguma medida, resultou em relativo êxito, que é o caso chileno. De forma completamente equivocada, evocam-se as políticas neoliberais como explicação para esse êxito. Não é verdade. Nada está mais longe da verdade. Desde que chegou ao poder em 1990, a coalizão política denominada *Concertación de Partidos por la Democracia*, uma ampla coalizão de partidos progressistas de centro-esquerda, o Estado assumiu um papel preponderante na aplicação de políticas públicas orientadas não somente para o crescimento econômico, mas, ao contrário, ativa e deliberadamente para o desenvolvimento. Entre elas, políticas financeiras e fiscais anti-cíclicas, políticas muito ativas de investimento em infra-estrutura, políticas de desenvolvimento e transformação produtiva, políticas de fomento à inovação tecnológica, políticas de apoio à abertura aos mercados internacionais, políticas sociais bastante eficazes em matéria de habitação, saúde, educação, redução da pobreza e proteção social. Um forte componente também em matéria de políticas culturais e em medidas, relativamente menos eficazes, de políticas ambientais. Com todas as suas deficiências, seus altos e baixos, esse é, na verdade, um ambicioso programa desenvolvimentista de que eu falava no começo, de acordo com a concepção de Celso Furtado, realizado e adaptado às novas condições e realidades da globalização. É hora de superar a paralisia neoliberal e resgatar o ideário de Celso Furtado. Obrigado.

COORDENADOR – Agradeço a exposição do sr. Sunkel. Está encerrada a nossa primeira etapa.